

SESSÕES DO PLENÁRIO

90ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de setembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. ÁLVARO GOMES “3º SECRETÁRIO”

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, J. Carlos, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica e Zé Neto. (49)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Considerando a presença de 43 Srs. Deputados, invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luiza Laudano, comunicando sua ausência das sessões nos dias 05 e 06/09/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Herbert Barbosa, comunicando sua ausência da sessão no dia 06/09/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Rogério Andrade, comunicando sua ausência da sessão no dia 23/08/2012, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Adolfo Menezes, comunicando sua ausência das sessões nos dias 11

e 12/09/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Luiz Augusto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 06 , 09 e 13/08/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência das sessões nos dias 20 e 27/08/2012, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Solicito ao deputado Sidelvan Nóbrega que assuma a presidência, para que eu possa fazer uso da palavra.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- No Horário do Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados presentes, gostaria de fazer um convite neste momento para todos que nos ouvem, através da TV Assembleia, os deputados que estão aqui nesta sessão ordinária, para a sessão especial em homenagem ao centenário de Jorge Amado, que será realizada na próxima quinta-feira, às 10 horas da manhã, aqui na Assembleia Legislativa.

Esta Casa não poderia deixar de homenagear um dos maiores escritores, não apenas do Brasil, mas um dos maiores escritores do mundo, por ter obras muito importantes, e no seu centenário a Assembleia Legislativa não poderia deixar de fazer essa homenagem. Já temos as presenças confirmadas do filho de Jorge Amado, João Jorge Amado, do cantor Jerônimo; de Míriam Fraga, da Fundação Jorge Amado; Guido Araújo, e a presença de várias personalidades, inclusive a presença também de mãe Stella, e de várias lideranças que estarão aqui para homenagear Jorge Amado.

Portanto, quero reforçar esse convite aqui, para que todos compareçam às 10 horas, quinta-feira, para participar da sessão especial em comemoração do Centenário de Jorge Amado.

Quero aproveitar esses 5 minutos para dizer que vamos ganhar as eleições em Salvador, e não se surpreendam se a vitória acontecer no 1º turno. Nelson Pelegrino vem crescendo, vem ganhando o coração do povo de Salvador, e pode ganhar as eleições no primeiro turno. Não poderia ser diferente, porque o projeto progressista e popular precisa continuar, o projeto do ex-presidente Lula, da presidente Dilma Rousseff e do governador Jaques Wagner precisa continuar, e Pelegrino faz parte desse projeto.

O nosso candidato a prefeito junto com Olívia Santana, a negona, vem ganhando o coração da população da cidade de Salvador. Portanto, será o próximo prefeito.

Não tenho nenhuma dúvida de que Salvador dará um salto de qualidade na nova administração de Pelegrino, Olívia Santana e toda a sua equipe, os vereadores. Teremos uma cidade mais humana, afinada com os projetos da presidenta Dilma e do

governador Wagner. Por último, faço mais um registro. Na realidade, estamos vivendo uma onda de violência em muitas cidades do interior. Destaco aqui Heliópolis, que a violência atinge à candidatura do nosso prefeito Waltinho. A Oposição não se conforma com a derrota e vem praticando atos de violência com pessoas armadas. Já que não são policiais, poderíamos denominar essas pessoas de pistoleiros. A situação de Tamari e de Tapiramutá é o desespero do candidato a prefeito, que é atual prefeito, foi um desastre para a cidade. É um desespero muito grande contra a candidatura de Dr. Toinho, que é o favorito, ganhará as eleições. Por isso, o atual prefeito pratica atos de violência, de ameaça, descumprindo decisões judiciais. O juiz determinou um cronograma de atividades, e eles descumpriram. O juiz concedeu a liminar proibindo atividade fora do que foi estabelecido, e eles não obedeceram ao juiz. A polícia local está a serviço dessa candidatura. Comunicamos esse fato ao secretário de Segurança, ao Comandante-Geral. Evidentemente que o comando tomará as providências para evitar essa onda de violência. Eles estão desesperado, porque Dr. Toinho será o próximo prefeito daquela cidade.

Portanto, faço aqui esses pequenos registros nesses 5 minutos do Pequeno Expediente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Questão de ordem, nobre colega, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- O nosso Líder fará o uso da palavra, logo depois, voltarei a pedir a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- V.Ex^a será atendida quando formular a sua questão de ordem. Muito obrigado, deputada Fátima.

Com a palavra a deputada Graça Pimenta, representante de Feira de Santana.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- (Lê) “Senhor (a) presidente; Senhores deputados, senhoras deputadas; Componentes das Galerias Paulo Jackson; Senhores da Tribuna de Imprensa;. Funcionários desta Casa. Boa-tarde.

Caros parlamentares, conforme dados divulgados através da imprensa, o Nordeste lidera pela 1^a vez o *ranking* de regiões brasileiras como maior número de indenizações paga pelo seguro por danos pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, o DPVAT. Os dados, coletados no primeiro semestre de 2012 pela empresa responsável pelo seguro, a Seguradora Líder, mostram que o território nordestino foi responsável por 30% dos pagamentos.

De janeiro a junho deste ano, o DPVAT foi solicitado 64.890 vezes no Nordeste, número 50% maior que registrado no mesmo período do ano passado, quando o valor foi 43.2841 Na região Sul ocorreram 60.323 solicitações; na Sudeste, 53.607; na Norte, 21.620; e na Centro-Oeste, 15.710.

Criado através da lei nº 6.194, em dezembro de 1974, o seguro DPVAT cobre casos de morte, invalidez permanente ou despesas com assistência médica e suplementar por lesões de menor gravidade, causadas por acidentes de trânsito no

Brasil. O recolhimento é anual e obrigatório para todos os proprietários de veículos.

Nobres colegas de parlamento.

Sabendo da importância do DPVAT e dos esclarecimentos acerca dele, desarchivei dois projetos de Lei relacionados ao seguro, apresentados em 2007 pelo então deputado Tarcízio Pimenta, hoje prefeito de Feira de Santana e candidato a reeleição.

O primeiro projeto é o de nº 16.841/2007, que dispõe sobre a orientação relativa ao seguro nas rodovias estaduais pedagiadas.

Senhores deputados, senhoras deputadas.

Conforme o texto do projeto, as concessionárias que operam em nosso estado serão obrigadas a manter afixado, junto as cancelas das praças de pedágio, material contendo o número de telefone disponibilizado pela Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG) para orientações sobre o DPVAT.

O material deverá apresentar, de forma destacada, os seguintes dizeres: “Todo veículo é coberto por seguro obrigatório para danos pessoais. (Informe-se: 0800 0221204 ou 0800 021 8484”.

Deverá ainda ser permitida a fixação do material com informações sobre o DPVAT nos pontos de descanso e *call box* das rodovias pedagiadas, além dos postos de combustíveis e rodoviárias existentes na Bahia.

Caros parlamentares.

O segundo projeto de Lei é o de nº 16.738/2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de material contendo informações sobre o seguro em hospitais, postos de saúde, ambulatórios e funerárias.

O material deverá conter quem pode usar o DPVAT, o beneficiário em caso de morte, o beneficiário em caso de invalidez permanente, como proceder em acidente com mais de uma vítima quais medidas adotar em acidentes com veículos infratores e os valores de indenização estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Os projetos de Lei relacionados estão tramitando nas Comissões da Casa.

Ciente da importância dessas proposições para os cidadãos, solicito aos relatores dos projetos que os aprovem no âmbito dos colegiados para que possamos trazê-los para votação em plenário. Como consequência, teremos cidadãos mais esclarecidos sobre os seus direitos relacionados ao DPVAT.

Muito obrigada.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, deputada Graça.

Com a palavra o deputado Líder do Governo Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, fiz questão de vir aqui hoje, Casa vazia, infelizmente, mas próprio do processo democrático. Ninguém imagina que os deputados não estejam no interior, numa formulação política.

Vamos resolver isso quando tivermos mandatos de 5 anos, de vereador a presidente. Aí, sim, teremos um país com eleições muito melhores, com um processo

eleitoral mais barato e com mais tempo para cada um elaborar e executar um projeto. Eleições a cada dois anos tem trazido problemas. Já está mais do que na hora de resolvermos essa situação, que precisa, sim, de uma ação direta, a reforma política tem de abranger essas questões.

É impossível um deputado não estar envolvido com as eleições para vereador, é impossível um deputado não estar envolvido com a eleição de um prefeito, ou um senador, um deputado federal não estar também envolvido. Trabalhamos num processo democrático, que depende desse elenco de situações que combinam os projetos todos e aí, essa situação do esvaziamento dos Legislativos em todo o País é própria de uma situação de participação da política dos estados, da União e dos municípios num processo integrado.

Quero falar também do que vivemos nesses últimos dias nas eleições de Feira de Santana, que mostram a face real do DEM, de um sistema carcomido, de uma política que sempre busca se beneficiar do que interessa e ampliar a mentira. Foi assim que nesses últimos dias enfrentei por mais de 30 dias uma situação em que as propagandas que eram colocadas na imprensa, nos horários eleitorais, sequer tinham identificação. Todo o tempo falando das greves, da situação das categorias como se na época do DEM algo fosse melhor. Quero lembrar que duas categorias que foram muito tratadas nesta situação atual da política em Feira e no Estado são: os professores e os policiais. Os professores vão chegar a março do ano que vem, 6 anos e 3 meses de governo Wagner, com um ganho de 54% real acima da inflação. Para vocês terem noção do que significa isso com relação ao que ocorreu nos 8 anos de Paulo Souto e César Borges, esses dois governos, em 8 anos, deram apenas 6.1% acima da inflação. São 8 vezes mais, no governo Wagner, do que foi dado nos 8 anos do governo Paulo Souto de aumento real acima da inflação.

Sem contar que tivemos também a garantia da permanência e cumprimento do plano de carreira que foi reformulado nesta Casa, a pedido da APLB e dos professores. Será de 4 para 3 faixas, o que acelera a aquisição de ganhos a patamares dentro do plano de carreira, que já atende mais de 16 mil professores nesses últimos 2 anos. Com relação aos policiais militares, vão chegar agora no fim do ano a mais de 121% de ganho médio real, principalmente para grandes bases, que são policiais, cabos, sargentos e sub-tenentes.

Esse é o quadro em que, durante os governos de Paulo Souto e César Borges o reajuste não chegou a 20% de ganho real, nos 8 anos deles. Os nossos 6 anos e 3 meses vamos chegar a um aumento de mais de 121%. Isso demonstra claramente o tamanho da diferença e do comportamento do nosso governo com relação a essas categorias. Mas isso é pouco, vamos fazer mais pelo funcionalismo público.

Vamos enfrentar também nos próximos dias outra discussão: o ex-prefeito está envolvido com a máfia das ambulâncias e também está envolvido diretamente com três processos vindos do governo federal e fez questão de dizer que tudo que tínhamos dito era mentira. Neste instante o debate está instalado, o *Google* está lá para mostrar a cada um, cada espaço e cada processo para que tenhamos consciência exata de quem fala mentira e de quem fala a verdade.

Era o que eu tinha a dizer, que o processo democrático seja repleto de grandes novidades e grandes vitórias para o nosso time e que daqui até o dia 7 Deus ilumine este Estado e este País para que nossa democracia seja a cada dia mais consolidada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa presente, galerias Paulo Jackson, tele-ouvintes da TV Assembleia, quero neste momento me reportar a uma intervenção recentemente feita pelo governo do Estado, através da Secretaria de Infra-estrutura em relação ao serviço de travessia marítima ligando Salvador - Bom Despacho à Ilha de Itaparica. Uma intervenção feita pelo governo do Estado que tem por objetivo devolver à sociedade baiana um serviço de melhor qualidade.

Havia em curso no atual modelo uma concessão à empresa TWB. Contrato esse assinado em fevereiro de 2006, deputada Graça Pimenta, que previa, entre as contrapartidas da vencedora da licitação, uma série de obrigações que tinham como objetivo garantir um serviço de qualidade. Entre elas havia a necessidade, contratualmente assinada, da integralização de cerca de R\$ 26 milhões. Ou seja, a empresa se obrigava a aportar, na travessia, cifra total de R\$ 26 milhões, que daria, de certa forma, condições para a prestação de um serviço de boa qualidade.

A partir do quinto ano, como prevê esse contrato de concessão, haveria a necessidade de revisão do modelo assinado. O governo do Estado, através da Secretaria de Infraestrutura e da Agerba, percebeu, por meio de uma auditoria realizada pela AGE e pela Aconfip – empresa do Estado de São Paulo ligada à USP contratada para levantar o que de fato existia –, uma série de irregularidades apresentadas pela TBW.

Essas auditorias constataram que a empresa nunca aportou o valor combinado, o que, efetivamente, acabou comprometendo, e muito, a prestação do serviço. Desse modo, o Estado, no mês de junho deste ano, chama a TWB para apresentar-lhe o resultado dessas auditorias e exigir as providências necessárias, deputado Alan Sanches, no sentido de atender as demandas levantadas pela Agerba e, principalmente, por essas duas auditorias.

A TBW nem sequer responde a esse procedimento. Isso levou o Estado à intervenção naquele sistema, com o objetivo de retomar um serviço de qualidade ao cidadão baiano. E ao se fazer, *in loco*, a verificação desse sistema de transporte, percebe-se uma série de irregularidades cometidas pela TWB. Irregularidades essas que vão desde o desvio de recursos da própria concessão até o não cumprimento de quase nada do que foi contratado. Vale dizer que os navios aportados por essa empresa, deputada Maria del Carmen, estão com sua destinação de uma empresa similar a essa no Estado de São Paulo.

É lamentável a postura de uma empresa que veio e teve do Estado toda a boa vontade para poder fazer valer as normas contratuais. Mas, infelizmente, percebe-se

que a TWB só teve o objetivo de sugar, *ad aeternum*, os recursos, prestando um serviço de má qualidade ao povo baiano.

De forma muito clara, quero associar-me a essa corajosa iniciativa – vale a pena esse registro porque uma intervenção num sistema difícil como o do *ferryboat* é bastante difícil – do governador Jaques Wagner e da Secretaria de Infraestrutura, fruto de muita vontade política, que visa devolver à sociedade baiana um serviço de qualidade.

Pelo que percebemos, não será oferecido de imediato um serviço de qualidade, haja vista a dificuldade do sistema. Mas evidentemente vale a tentativa de resgatá-lo, principalmente se considerarmos que se relaciona com toda a estrutura logística não só do turismo, mas também da ligação modal, na medida em que muitos baianos moram ou trabalham nas ilhas e usam esse transporte cotidianamente.

Esperamos que seja retomada a excelência desse serviço...

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Para concluir, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:-Vou concluir, presidente.

(...) já que, lamentavelmente, a TWB não teve a capacidade, mesmo com toda a boa vontade e disposição do governo do Estado, de operá-lo com eficiência. Por isso, não houve outra alternativa a não ser a intervenção.

Repito, quero associar-me à coragem e à determinação do governador Jaques Wagner e da Secretaria da Infraestrutura na pessoa do seu vice-governador Otto Alencar no desejo de retomar o serviço de qualidade para a sociedade baiana.

Quem vai ganhar, deputada Maria del Carmen, neste momento é o povo baiano. Espero e desejo que num breve espaço de tempo possamos ter um serviço de excelência como faz jus a população do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alan Sanches):- Concedo a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, queria, inicialmente, parabenizar o deputado Gildásio Penedo pelo seu pronunciamento e associar-me a ele nos cumprimentos ao secretário de Infraestrutura e vice-governador Otto Alencar pelas medidas adotadas. De forma muito especial, quero cumprimentar o presidente da Agerba que teve a coragem de fazer esse enfrentamento. Na última reunião em que ele esteve presente nesta Casa por um pedido nosso na Comissão de Infraestrutura, o elogiei porque se trata de um servidor público que teve a coragem de fazer o enfrentamento e a denúncia de um contrato como esse demonstrando claramente que a sua posição era em defesa do povo baiano.

Mas eu queria, Sr^{as} e Srs. Deputados, parabenizar também a Polícia Militar da Bahia que promoveu na sexta-feira, dia 21, no auditório da UPB, uma palestra sobre os crimes eleitorais ministrado pelo procurador da República Cláudio Roberto Gusmão para os policiais militares que teve como objetivo atualizar o efetivo que

trabalhará no policiamento no período do próximo pleito para fazer cumprir o que estabelece a legislação eleitoral vigente.

Portanto, quero parabenizar a Polícia Militar por essa iniciativa e, ao mesmo tempo, denunciar fatos que vêm ocorrendo em diversos municípios. Alguns prefeitos, algumas lideranças políticas ainda não perceberam que o momento em que vive o Brasil é de mudanças e que essas mudanças significam a opção e o direito de cada um dos cidadãos, de cada um dos eleitores e eleitoras tomarem livremente em suas mãos a decisão daqueles que querem eleger para presidir os destinos dos seus municípios ou daqueles que serão conduzidos às Câmaras de Vereadores dos diversos municípios do Estado da Bahia e do Brasil inteiro.

E nós ainda estamos vendo em muitos municípios algumas situações. Vou citar dois municípios aqui como exemplo. Um deles é o município de Catu no qual a prefeita atual não é candidata, mas apresenta um candidato a prefeito. E ela faz uma gestão municipal utilizando de forma inadequada os recursos públicos, tentando interferir no pleito - que já tem como primeiro colocado nas pesquisas o companheiro Gera, do Partido dos Trabalhadores - comprando votos como se isso ainda fosse possível e viável nesse momento. Faz distribuição de cestas básicas, de material de construção, faz ainda terrorismo com os servidores públicos municipais, demitindo servidores contratados e já os encaminhando à Justiça, perseguindo os servidores estatutários com a ameaça de transferência para outra localidade do município se eles expressam livremente o desejo de fazer oposição, de votar naquele que lhe fazem oposição. Isso também está acontecendo no município de Nilo Peçanha onde a prefeita atual tem candidato, porque está com a ficha suja não pode continuar como candidata, o seu marido que é tradicional político da região também não pode ser candidato, porque tem a ficha suja, e colocaram um candidato que continua agindo da mesma forma. Por isso, queremos chamar a atenção do Ministério Público Eleitoral para fatos que continuam acontecendo na Bahia e que, com certeza, não é possível, nem admissível, que ainda possam, neste momento em que vivemos, ocorrer.

O pleito tem que ser livre, cada um tem que escolher o seu candidato, a compra de voto é algo abominável e que não podemos mais suportar em nosso Estado e no nosso País. Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Elmar Nascimento):- Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, há pouco tive a oportunidade de acompanhar os presidentes do meu partido, o Democratas, do PSDB, do PPS, do PV e do PPN, partidos que fazem parte da coligação “Para Defender Salvador”, e ao lado de alguns colegas parlamentares. Tivemos a oportunidade de fazer uma visita à presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Sara Brito, para solicitar-lhe que o Pleno do Tribunal possa julgar as diversas ações que tramitam naquela corte, que tratam de decisões de primeira instância que, em alguns casos, fez a supressão de tempo do candidato adversário, do PT, Nelson Pelegrino, e

em outros concedeu o direito de resposta à nossa coligação.

Estamos, Sr. Presidente, acompanhando seguramente a campanha mais agressiva deste País. O candidato do PT se utiliza do farto tempo de propaganda eleitoral de que dispõe para atacar e ofender, na tentativa de desgastar a imagem do candidato que lidera todas as pesquisas de opinião pública de Salvador, o deputado ACM Neto.

Por isso mesmo, o candidato do PT é o que mais sofreu condenações da Justiça Eleitoral em todo o Brasil. A Justiça tem, sistematicamente, condenado a propaganda eleitoral do candidato Nelson Pelegrino, porque tem visto muito claramente que a propaganda, além de em muitos casos ser mentirosa, também tenta claramente denegrir a imagem do candidato adversário sem nenhuma substância, sem nenhum fato concreto, fazendo muitas vezes truncagem de declarações fora do contexto político, numa tentativa vã de desgastar a imagem do deputado ACM Neto.

A primeira instância, através dos seus juizes, tem punido o candidato do PT, como disse. Hoje, já são mais de 100 minutos de programa eleitoral com cuja perda esse candidato foi punido. As decisões são agravadas para o TRE. E, lá, sistematicamente, os juizes daquele tribunal têm suspenso, monocraticamente, os efeitos dessas decisões.

E todos nós fomos, hoje, falar com a presidente do TRE, a fim de solicitar uma conversa com os demais membros daquela corte no sentido de que se faça com que essas liminares sejam apreciadas pelo Pleno do Tribunal do Regional Eleitoral, com o objetivo de que as decisões possam, efetivamente, ser cumpridas, visto estarmos, inclusive, com a propaganda eleitoral, no rádio e na televisão, já em seu prazo final.

O Sr. PRESIDENTE (Elmar Nascimento):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- Então, Sr. Presidente, quero fazer o registro desta ação que todos nós, deputados estaduais e presidentes partidários, fizemos, hoje, no sentido de fazer com que as decisões da justiça eleitoral, que condenam o deputado Nelson Pellegrino, possam ser apreciadas pelo Pleno do Tribunal e possam ser, efetivamente, cumpridas pelos devidos veículos de comunicação do nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Elmar Nascimento):- Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero informar que, por causa de nosso programa *A Escola e o Legislativo*, existem, nas galerias, os estudantes do Colégio Estadual Diná Gonçalves. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. (Palmas)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente Elmar Nascimento, deputados, deputadas, visitantes, imprensa, realmente, a disputa eleitoral, no interior do estado, tem trazido à tona uma expressão popular que tem modificado, consideravelmente, a forma de se fazer campanha eleitoral.

Tem saído daqueles tradicionais comícios para grandes caminhadas com

alegria, onde as pessoas se manifestam de forma muito alegre. Acho que isso tem ajudado bastante a consolidar um novo método de debater as opiniões em diversas cidades. Primeiro, diminui bastante as atividades noturnas e passam a ter muitas atividades diurnas.

O que, na realidade, tem sido o diferencial em algumas cidades nesta campanha é a presença da Polícia Militar. Em alguns lugares, tem-se tomado posição política. Isso não é bom e não ajuda a consolidar o processo democrático entendendo que a Polícia Militar é uma instituição do estado que tem, por obrigação, consolidar a segurança, a paz.

No momento em que a Polícia Militar toma partido por um dos lados da cidade, acaba gerando um conflito muito grande para a população, a exemplo de Gandu, Itarantim, Gongogi, Pilão Arcado e diversos locais. São vários as cidades. Não quero dizer, aqui, de um lado *a* ou *b*. A Polícia Militar, em seu exercício, não pode tomar posição em processo de disputa eleitoral sob pena de acontecer crises como estão acontecendo.

Só para se ter uma ideia, meu querido Elmar Nascimento, nas tardes de Itarantim, a Polícia Militar agora, ao invés de ficar no quartel, fica lá recebendo ordens de um determinado candidato em uma chácara. E sai dali para atender aos interesses, minha querida Maria del Carmem, de uma determinada posição política. Não estou pedindo para a Polícia Militar atender a uma posição. Quero que ela dê condição para que a população possa se manifestar democraticamente e com segurança.

Também, aqui, quero afirmar e contradizer as palavras do meu querido Paulo Azi. Vejam, o que está acontecendo em Salvador é um grande debate, na televisão, de ideias respeitando, obviamente, as posições de um lado e do outro, e é lógico que não se pode negar, de lado a lado, determinadas formas de levar ao conhecimento público. Precisamos acabar com essa ideia de falarmos uma coisa, e depois ficarmos com vergonha de dizer isso para a população. Esse é o problema que está acontecendo no debate eleitoral, no programa eleitoral gratuito, que tem gerado, inclusive, uma série de ações judiciais no sentido de tempo de direito de resposta. É preciso acabar com isso. O que não podemos é utilizar artifícios para tentar manchar a imagem dos candidatos. Mas, não há nenhum problema em divulgar o que as pessoas falam. Eu não tenho problemas em ver o que falo aqui divulgado, deputada Maria del Carmen, é pública a minha fala.

Não acho que há nenhum tipo de ataque por parte da candidatura do deputado Nelson Pelegriño, tudo que tem sido veiculado está dentro da razoabilidade do debate das ideias. Por isso, devemos deixar o debate acontecer de forma a garantir o processo democrático e a população escolher.

Meu querido Bruno Reis, sei que V.Ex^a está um pouco triste porque vai sair uma nova pesquisa em que o nosso candidato já começa a ultrapassar o seu. Mas é da vida, a política é assim.

Meu querido deputado Elmar Nascimento, quero aproveitar esse momento para pedir uma verificação de quórum da sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Elmar Nascimento):- V.Ex^a será atendido.
Havendo menos de 21 Srs. Deputados, declaro encerrada a presente Sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*